

## 2

### Relação fraterna: os laços, o vínculo e o complexo fraterno<sup>1</sup>

#### 2.1

##### Laço

Benghozi e Féres-Carneiro (2001) estudam a fratria numa perspectiva psicanalítica do laço. Lançam mão de uma metáfora em que os continentes genealógicos podem ser representados como sendo constituídos de malhas, com uma trama e uma tessitura. Enquanto a malha é a agenciamento dos laços psíquicos, a tessitura é o trabalho psíquico de construção-desconstrução dos laços. A tessitura genealógica permite a integridade e a manutenção dos continentes genealógicos grupais, familiares e comunitários.

Continuando com a metáfora, poderá ocorrer como numa rede, um “buraco ou um rasgão” com o desfazer das malhas. Compreendem como laço, os laços psíquicos de filiação e de afiliação. O laço de filiação é uma construção psíquica sustentada pelo real biológico da filiação. O laço de afiliação vai abranger qualquer laço que determine o fato de pertencer a um grupo, a uma instituição, a uma comunidade. O laço social é um laço psíquico afiliativo, sustentado na realidade sociológica da inscrição no espaço grupal social.

Consideram a fratria uma entidade psíquica grupal, sincrônica, com um aparelho psíquico específico, diferente da soma dos psiquismos individuais dos irmãos e das irmãs, e que constitui o continente grupal de fratria. O fraterno diz respeito à dinâmica consciente e inconsciente dos laços e das relações interindividuais. A fratria vai ser a herdeira da transmissão psíquica familiar. Cada irmão vai ser o portador da transmissão nos níveis inter, intra e transpsíquico. Os autores diferenciam ainda laço fraterno de relação fraterna. O laço fraterno, o ser

---

<sup>1</sup> Laço e vínculo são muitas vezes empregados como sinônimos, dependendo dos autores e das traduções. De um modo geral as traduções utilizam vínculo para os autores de língua espanhola e laço para os de língua francesa. Respeitaremos a terminologia de cada autor.

irmão e irmã em uma mesma família, não define a relação fraterna, que poderá ser próxima ou distante, fria ou calorosa, amistosa ou conflituosa.

## 2.2 Vínculo fraterno

Na modernidade, a metáfora das “unidades elementares” própria do pensamento positivista, deu lugar a outras como as de “rede” em que o ponto de partida é o vínculo. Já não falamos mais em átomos isolados, mas sim em rede. O pensar a metáfora da rede no campo do vincular nos permite imaginar o sujeito, seus vínculos e a cultura como fios de uma trama que se entrecruzam, se juntam, se separam e onde há também pontos vazios. Esse ponto de vista possibilita a passagem de uma concepção estática, com espaços separados para o sujeito, os vínculos e a cultura, para uma concepção dinâmica, com organizações afastadas do equilíbrio e em permanente intercâmbio, que armam a cada momento uma configuração singular e situacional (Matus, 2003).

Czernikowski (2003) define o vínculo como aquela relação entre dois ou mais elementos de um conjunto, entre os quais se produz o que em psicanálise denominamos “investimento”. Embora o conceito freudiano tenha sido aplicado às representações, a um grupo delas ou a partes do próprio corpo, a autora estende a aplicação desse conceito aos vínculos. Pensa o vínculo fraterno desdobrado em três tempos lógicos e não cronológicos, referindo-se a um tempo que transcorre em intervalos, não é contínuo e cujos intervalos não estão marcados por sua duração, mas por marcas significantes que determinam a passagem entre um e outro momento. Os tempos podem ocorrer simultaneamente e nada assegura em qual deles ocorrem os fatos.

- 1- Tempo da rivalidade- momento em que os irmãos concorrem pelo mesmo; rivalizam pela destituição que cada um deles sofre frente ao amor paterno/materno; trata-se de “eu ou o outro”.
- 2- Tempo de união ou de conjunção – tempo de união da fratria, de enlace, de coincidência. O que uniria os irmãos na análise que Freud ([1913] 1993) fez do mito em *Totem e Tabu* não seria apenas o fato de terem o mesmo pai, mas sim o assassinato simbólico do mesmo. A destituição do filho se alteraria para a destituição do pai.

3- Tempo de desunião ou de separação – dará lugar a outras conjunções, às relações com os pares, à aliança conjugal, à saída exogâmica, que cada cultura realiza de acordo com o que considera como sendo exogâmico. É o momento de abertura para outros vínculos e é importante que não se converta em um retorno total ao tempo da rivalidade, do “salve-se quem puder”.

Berenstein (2009) considera como vínculo a conexão ou enlace, o laço que une duas ou mais pessoas (sujeitos) de uma maneira estável (cada um decide o que é estável), vínculo este que lhes permite fazer e ser diferentes do que o seriam individualmente ou se estivessem em uma relação com outra pessoa.

O vínculo fraterno é inseparável do vínculo parento-filial. Na cadeia de gerações os lugares vão sendo atribuídos e ocupados, lugares estes dos quais não é fácil escapar, uma vez que a trama vai se configurando no entretecido dos respectivos narcisismos e respectivas resoluções edípicas. Apesar de o vínculo fraterno ter sua peculiaridade específica, nele se condensam, ao longo da vida, sucessivas ressignificações dos vínculos edípicos, com deslocamentos inconscientes das figuras dos pais sobre os irmãos, que poderão reaparecer por ocasião da eleição amorosa. Do mesmo modo poderemos encontrar no vínculo fraterno repetições de vínculos primários mais arcaicos, em que estão em jogo as identificações primárias (Cárdenas, 1993).

Brusset (1987) sustenta que os compromissos do vínculo fraterno são diferentes daqueles que se originam nas relações com os pais, nos planos objetual e narcisista. Muitas vezes os resultados são de uma maior aspereza pulsional consciente, diretamente assumida, egossintônica em ações e atitudes que podem fixar-se e generalizar-se para constituir uma forma habitual de relação com o outro. Eiguer (2001) acrescenta que o vínculo fraterno, por situar-se na mesma geração, é próximo, igual e simétrico ou dissimétrico (devido à diferença sexual), ao invés de assimétrico como o vínculo paterno-filial. Esta simetria ou dissimetria permite uma maior liberdade de seus membros, facilita suas relações. A dominação de um irmão sobre o outro, se houver, é negociável e pode se inverter. Ela não é pressuposta, não define o vínculo, ao contrário do que ocorre na relação pai-filho. Caso um dos irmãos se considere o mais “forte”, poderá estar contando com o apoio de um dos pais.

Jaitin (2001) levanta a hipótese de que assim como a mãe é o primeiro objeto intermediário entre a criança e o mundo (entre o eu e o não-eu), os irmãos,

enquanto sujeitos reais, representam os primeiros brinquedos, os primeiros instrumentos de apropriação ou de utilização da realidade. O vínculo fraterno é o primeiro objeto lúdico, seja porque se constitui como apoio ou dificuldade para o conhecimento sobre a origem, seja porque se torne o suporte do obstáculo epistemológico que impede o pensar sobre si e sobre a realidade cultural.

Segundo Jaitin (2001, 2003) o vínculo fraterno seria uma construção psíquica comum aos membros de uma fratria, que lhes permite distinguir-se como subgrupo dentro do grupo familiar. Ele corresponde ao modo de organização de um agrupamento psíquico que é a herança transgeracional própria dos membros de um grupo da mesma geração, consanguíneo ou não. Sua característica é assegurar a transmissão dos laços intra-subjetivos, intersubjetivos e transubjetivos em seus aspectos sociais, culturais e políticos. Cada sujeito está assujeitado ao seu inconsciente, à sua família, ao seu grupo social, à sua cultura, ao seu sistema político e à realidade histórico-social em que o sujeito do vínculo fraternal transita. Nesse sentido ele é ao mesmo tempo articulador, modelo de identificação e motor de transformação na família. A criança não se apóia somente na mãe, mas também no “si” coletivo do grupo de pares, em particular no grupo fraternal, mediador entre o “si” familiar, e o “si” social, cultural e político.

As categorias espaços-temporais organizam a representação do vínculo fraternal e nesse sentido a autora fala de Aparelho Psíquico Fraternal. Os organizadores espaciais intrapsíquicos e intersubjetivos são articulados por um lado pelas idéias representadas pelo envelope fraternal diferenciado do envelope familiar e por outro pela representação de si como irmão, diferenciada da representação como familiar. O irmão, ao obrigar a criança a renunciar a considerar-se o objeto exclusivo e privilegiado da figura materna, facilita a diferenciação do real e do imaginário, e assegura a mediação e o intercâmbio entre a realidade psíquica e a realidade grupal em seus componentes familiares, sociais e culturais. Se o irmão assegura a mediação e o intercâmbio acima citados, podemos falar do vínculo fraterno como constitutivo do aparelho psíquico. O aparelho psíquico fraterno está organizado por fantasias, pela ilusão de um corpo unitário (psiquismo das massas) e pela diferenciação geracional apoiada pelo tabu do incesto. Esses três elementos organizam e sustentam o vínculo do agrupamento fraterno. Em consequência, a fratria constitui um protótipo do grupo interno,

porque o vínculo fraterno permite articular a realidade corporal com a realidade psíquica, a realidade social e a realidade cultural.

Losso e Silvani (2002) entendem como vínculo fraterno as modalidades dos vínculos intersubjetivos entre os irmãos. O vínculo fraterno tem um aspecto duplo: por um lado o narcisista (o outro como duplo especular) que tende a anular as diferenças e contribui para criar uma grande intimidade e, por outro, a fratria que possibilita o desenvolvimento dos vínculos intersubjetivos (objetais) de aprendizagem e de respeito pelo outro. Os aspectos narcisistas e objetais do vínculo fraterno podem, porém, vir a gerar os conflitos entre os irmãos. Os aspectos narcisistas implicam em uma falta de reconhecimento da individualidade do outro, mas se expressam às vezes como uma falta de afinidade em seus interesses. Os aspectos objetais podem se manifestar como rivalidade edípica, competição no campo escolar, profissional, social, e outros. A experiência da relação fraterna deixa suas marcas no espaço intrapsíquico de cada um. Os modelos vinculares daí provenientes tais como ambivalência, rivalidade fraterna, sujeição frente ao irmão, impulsos de domínio, sentimentos amorosos, necessidade de reparar e outros tendem a repeti-se, manifestando-se nos vínculos com outros grupos de pares ao longo da vida, incluindo a relação de casal.

### **2.3 Complexo fraterno**

Kaës (1999, 2003, 2005, 2008) diferencia complexo fraterno das relações fraternas, que descrevem uma estrutura de vínculos consanguíneos horizontais, entre pares, que se situam em relação vertical, face às gerações que os organizam principalmente pais e avós. Conceitua complexo fraterno como um conjunto organizado de representações e de investimentos inconscientes, constituído a partir de fantasmas e de relações intersubjetivas, nas quais a pessoa toma seu lugar de sujeito desejante. O complexo fraterno designa uma organização fundamental dos desejos amorosos, narcísicos e objetais, do ódio e da agressividade, face a este outro que o sujeito reconhece como irmão ou irmã; este complexo se inscreve na estrutura das relações intersubjetivas, organizadas pela representação inconsciente, dos lugares correlativos que ocupam o sujeito, o irmão e a irmã em relação ao objeto do desejo da mãe e ou do pai. O complexo fraterno não vai se

limitar a ser um deslocamento da questão edípica, mas vai se constituir em uma estrutura, com uma dinâmica e uma economia próprias.

A concepção estrutural do complexo, segundo o autor, inscreve-o em uma organização intrapsíquica triangular, em que cada elemento se define pela relação privilegiada que mantém com cada um dos outros elementos, e pela relação da qual é excluído. A relação dual que aparece na observação tem como pano de fundo a estrutura de um complexo. Segundo o autor, o vínculo intersubjetivo pede outro nível de análise: a das relações entre os diferentes complexos dos sujeitos quando eles entram em relação. O complexo é um dos organizadores psíquicos inconscientes do vínculo. A análise do vínculo, entretanto, integra também as relações entre as imagos, as relações de objetos, as identificações, os mecanismos de defesa dos sujeitos que formam o vínculo. Os vínculos implicam em diversas modalidades de alianças conscientes e inconscientes que os mantêm. Se o complexo se fundamenta, por um lado, nos vínculos interpessoais constituídos durante a história infantil, ele não se confunde com eles. Complexo fraternal e vínculo fraternal formam assim dois níveis de análise a serem articulados. Kaës (2008) considera ainda que o complexo fraterno organize o vínculo fraterno, cujos efeitos são particularmente sensíveis, além de na família, nos grupos e nas instituições.

Referindo-se ao complexo fraterno como complexo adélfico, Kaës (1999) faz uma análise interessante da posição dos laços e das relações adélficas no mito e na tragédia de Édipo. Os irmãos e irmãs de Édipo são incestuosos, uma vez que são ao mesmo tempo, seus filhos Eteócles e Polinice e suas filhas Antígona e Ismênia, com sua mãe Jocasta.

Após a morte de Jocasta, Creonte, seu irmão, assume o reino e ordena, de acordo com Polinice e Eteócles, malditos por seu pai-irmão, a expulsão de Édipo, cego, de Tebas. Antígona (cujo nome significa vinda em lugar de uma mãe) e Ismênia lhe permanecem fiéis. A primeira o acompanha para guiá-lo e a segunda permanece em Tebas para cuidar de seus interesses. Polinice e Eteócles disputam o reino. Antígona e Ismênia retornam a Tebas após a morte de Édipo e encontram os irmãos em guerra. Eles se enfrentam em uma batalha para decidir a sorte e se matam. Creonte recusa a Polinice uma sepultura em Tebas, sua Terra-Mãe. Ismênia submete-se ao decreto do tio, enquanto Antígona protesta e arrisca sua

vida para sepultar o irmão. Une-se a ele em sua morte, enterrada viva em sua tumba.

O complexo fraterno na fratria, resultante do incesto de Édipo e Jocasta, vai se definir através de cada um dos sujeitos do conjunto Antígona/ Ismênia/ Polinice/ Etéocles em uma relação de filiação adélfica: o filho é irmão, a filha é irmã e vice-versa. Para Kaës qualquer criança ocupa essa posição “edípica”, incestuosa.

Kancyper (2004) enfatiza a fundamental importância do complexo fraterno para a estruturação da vida psíquica individual e social do sujeito. Considera que em geral, há uma tendência a pensar que o complexo fraterno é um mero deslocamento do edípico, como se fosse um caminho linear de ida, um desenvolvimento programado dos investimentos objetivos nas figuras parentais para substituí-las por outras: irmãos, primos e amigos que favoreceriam gradual e progressivamente o acesso à exogamia. O complexo fraterno, entretanto, apresenta uma especificidade irreduzível que se articula com a dinâmica narcisista e edípica, mas independe de seus eventuais deslocamentos nas relações entre os irmãos. Acrescenta que os ressentimentos e os remorsos que surgem a partir da dinâmica vincular entre os irmãos podem assumir uma importância significativa, determinando, inclusive, em grande parte, o destino de suas vidas e das vidas de seus descendentes.

## 2.4 O laço social

Em *Totem e Tabu*, Freud ([1913] 1993) cria um mito da origem da civilização: a passagem da horda primitiva, indiferenciada, regida por um pai tirânico, mas protetor, com poderes absolutos de vida e morte sobre seus membros e possuidor de todas as fêmeas, para o clã totêmico e finalmente para o pacto fraterno. Na horda primordial todos os filhos se consideravam igualmente perseguidos pelo pai e o temiam de forma idêntica. O pai poderoso os expulsava ou assassinava, por considerá-los rivais perigosos. Em certa ocasião, percebendo que unidos seriam mais fortes do que individualmente, os filhos se reúnem, matam o pai, ao mesmo tempo inimigo e ideal e, em seguida, ingerem seu corpo numa refeição coletiva, pondo fim à horda paterna ([1913] 1993; [1921] 1993).

Decorrido um lapso de tempo de disputas, em que lutavam pela herança paterna que cada um queria só para si, os irmãos percebem que, após o assassinato

do pai, nenhum deles poderia ocupar o lugar do tirano, pois despertaria nos demais, a mesma inveja e o mesmo ciúme que o pai havia despertado neles. A percepção do perigo e da inutilidade dessa luta, a lembrança da façanha libertadora realizada em conjunto, a culpa e o arrependimento pelo parricídio e as lembranças dos sentimentos recíprocos que haviam nascido entre eles durante a época da expulsão os levaram a unir-se em um clã de irmãos, em fratrias. Pactuaram então uma espécie de contrato social, destinado a impedir a repetição do feito assassino. Cada um renunciava a conquistar para si a possessão da mãe e das irmãs. O grupo de irmãos deve ter sido impulsionado ao assassinato do pai pelo amor à mãe e às irmãs, amor esse que Freud imagina como sendo primitivo, íntegro, com íntima união de ternura e sensualidade. Instituíram o tabu do incesto e instauraram a exogamia, a proibição de toda relação sexual com as mulheres da família, amadas com ternura desde a infância, garantindo assim a força e a coesão interna do grupo e introduzindo a separação entre as moções ternas e as sensuais do varão. Precisavam buscar mulheres estrangeiras (Freud, [1913] 1993; [1921] 1993).

A memória do pai continuou viva, entretanto, neste período de “liga dos irmãos”. Como substituto do pai adotaram um animal forte, o totem. Temos a origem da exogamia estreitamente relacionada com o totemismo. O vínculo com o animal totêmico conservava, entretanto, a ambivalência da relação original com o pai: por um lado era considerado o ancestral carnal e o espírito protetor do clã e como tal devia ser honrado; por outro, foi instituído um dia festivo uma vez por ano, ocasião solene, em que nenhum dos irmãos podia se excluir, quando lhe davam o mesmo fim do pai primordial; era morto cruelmente e festivamente devorado por todos: seu sangue, sua carne, seus ossos. Os membros da linhagem se disfarçavam assemelhando-se ao totem como se quisessem destacar a identidade entre o totem e eles (Freud, [1913] 1993).

O banquete totêmico permite reviver o pai por meio do desmentido de sua morte efetiva. Em alemão a mesma palavra –schuld- significa culpa e dívida; o sujeito se constitui em culpado enquanto devedor: devedor de seus antepassados mortos, de uma dívida que deixa um saldo como culpa. Dívida e culpa seriam as duas faces da relação entre o sujeito e o pai simbólico. O assassinato do pai fundaria paradoxalmente a lei em sua obediência retrospectiva (Matus, 2003).

A psicanálise nos revela que o animal totêmico é o substituto do pai. O banquete totêmico, talvez primeira festa da humanidade, era a celebração da recordação daquele assassinato do qual nasceu a consciência de culpa da humanidade e com a qual se iniciaram a organização social, a religião e a limitação ética, com a renúncia ao pulsional e o reconhecimento de obrigações mútuas (Freud, [1913] 1993). Pensamos que a exigência da participação de todos no ritual coletivo servia para diluir a culpa e a responsabilidade individual pelo feito.

À proibição, de raiz religiosa, de não matar o totem na vida diária acrescentava-se a proibição de cunho social de “não matar o irmão”. A horda paterna havia sido substituída pelo clã de irmãos que se reasseguravam pelos laços de sangue. Após um grande lapso de tempo essa proibição não se restringiria apenas aos membros da linhagem, seria ampliada para “não matarás” ([1913] 1993).

A marca do grupo fraternal vai ser um acordo, um pacto que suporta a falta e tolera a diferença, apesar de continuamente ameaçado pela competição, hostilidade e rivalidade fraternas. Há o deslocamento dos investimentos narcísicos, que eram dirigidos à figura do pai, para a figura do irmão e para os valores da cultura. O destaque é dado para o conflito edípico com a proibição do parricídio, do incesto e o posterior laço social. Temos o início do processo civilizatório, em que posteriormente, o pacto social representado pela família ocupará o lugar das fratrias (Kehl, 2000; Gageiro, 2002; Kaës, 2005).

O amor que fundou a família continua ativo na cultura, tanto em sua intenção original sem renunciar à satisfação sexual direta, como modificado na forma de ternura. A palavra amor designa tanto o vínculo entre um homem e uma mulher que fundaram uma família tendo como base suas necessidades genitais, como os sentimentos positivos entre pais e filhos, entre irmãos, entre os demais membros da família, embora Freud o designe nesse caso como amor de meta inibida, de ternura. O amor de meta inibida foi originalmente sensual e o segue sendo no inconsciente dos seres humanos. Quando a ternura dos pais evita excitar precocemente a sexualidade da criança antes que esta tenha atingido as condições corporais da puberdade, ao atingi-la o adolescente poderá eleger um objeto sexual. O mais imediato seria escolher as pessoas que se amava desde a infância, mas o tempo de amadurecimento sexual permitiu que se erguesse a barreira do incesto,

para excluir da eleição de objeto os parentes consangüíneos. Essa barreira é uma exigência cultural da sociedade. Ambos, amor sensual e de meta inibida, ultrapassam os limites da família e estabelecem novas ligações fora da família. O amor genital levará à formação de novas famílias e o de meta inibida às fraternidades, que escapando das limitações do amor genital, seu caráter exclusivo, por exemplo, vão ter importância cultural (Freud, [1905] 1993, [1921] 1993).

Matus (2003) se pergunta qual a relação entre complexo paterno e complexo fraterno na constituição da cultura e da subjetividade. Recorre ao mito bíblico de Moisés. Na história da cultura judaico-cristã, Moisés é o representante do povo hebreu, da aliança fraterna, o único capaz de suportar a voz divina e que será encarregado de interpretá-la. Conforme o mito bíblico, somente Moisés pode ter acesso à presença divina quando recebe as Tábuas da Lei, mas diferentemente dos demais não poderá ingressar na Terra Prometida. Moisés ingressaria no mito como metáfora do pai morto. O mito do assassinato do pai e sua ressignificação a partir do mito de Moisés e das Tábuas da Lei (Ex. 32) introduzem a possibilidade de articular a proibição do incesto e a dívida com o totem como duas faces do estabelecimento da lei enquanto ordem simbólica da cultura. O mito mostraria como se instalam em um só ato o complexo paterno e o fraterno: o primeiro permite a inscrição da diferença geracional e o segundo a garante. Ambos, complexo paterno e fraterno são duas faces diferentes, mas solidárias na constituição das legalidades para o sujeito e a cultura.

A autora sustenta que o fraterno mostra duas vertentes: uma transgeracional, a aliança para produzir o parricídio simbólico e uma intrageracional, a aliança que permite encobrir a angústia frente à impossibilidade vincular, o singular do outro, o vazio radical, permitindo elaborar o diverso do outro e promovendo a sobrevivência do grupo e de seus membros, reconhecendo-se mutuamente do lugar da alteridade. O transgeracional está mais relacionado com a transmissão de significações que faz a construção da história de uma legalidade enquanto o intrageracional põe em cena o acontecimento, permitindo o aparecimento de legalidades inéditas e singulares. Ambas se entremeiam e se reforçam mutuamente no sentido que história e acontecimento supõem.

A problemática do vínculo entre pares -irmão, próximo, semelhante- é condição imprescindível para a formação do laço social (Czernikowski, E.; Gaspari, R.; Matus, S., 2003). Em 1913 Freud já havia assinalado que os nomes

de parentesco, como por exemplo, irmão e irmã, pelos quais dois australianos se nomeavam não indicavam vínculos consanguíneos, mas sim vínculos sociais. Em *O Ego e o Id* ([1923], 1993) ele coloca que os sentimentos sociais nascem no indivíduo como uma superestrutura que se eleva sobre as moções de rivalidade e ciúmes para com os irmãos e uma vez que essa rivalidade não possa se satisfazer, estabelece-se uma identificação com os que foram inicialmente rivais.

Sternbach (2003) parte da noção de uma subjetividade feita de vínculo e cultura: considera a subjetividade, o vínculo e a cultura como três dimensões que coabitam em cada ser humano; em cada uma delas estão as restantes, resultando que são inseparáveis. O social não é um exterior em interação com uma suposta interioridade subjetiva; produz sujeitos e vínculos que por sua vez são os construtores da cultura em uma dinâmica que libera a tensão entre o instituído e instituinte, entre a tendência à permanência e a possibilidade criadora. A articulação cultura/subjetividade não diz respeito apenas à constituição subjetiva. A leitura do laço social também se enriquece pelo olhar que inclui o singular. Nessa perspectiva o humano é considerado um “entre”, precipitado de determinações que não se esgotam na primeira infância, devido à noção de um psiquismo aberto cujas condições inaugurais não excluem a produção de novas marcas a partir dos inúmeros entrecruzamentos que a vida possibilita. Esta perspectiva abre caminho para a inclusão do acaso e do acontecimento.

Kancyper (2004) enfatiza a fundamental importância do complexo fraterno para a estruturação da vida psíquica individual e social do sujeito. Na psicologia das massas, as influências estruturantes e desestruturantes deste complexo vão se manifestar na oscilação das relações ambivalentes de crueldade e solidariedade que se apresentam nos diferentes povos e religiões, e que resistem ao desgaste do tempo e às mutações históricas. Os ressentimentos e remorsos conscientes e inconscientes, suscitados pelo narcisismo das diferenças entre as religiões, os povos e as nações, têm originado devastadoras conseqüências pelo repetitivo e contínuo ressurgimento de um poder fanático que irrompe com ferocidade ao largo da história da humanidade, como conseqüência da recorrente ativação da força destes afetos.

Um modo freqüente de sustentar a tríade saber/temporalidade/outro se encena dramaticamente nos fanatismos coletivos que se amparam em lutas étnicas ou religiosas travadas pelas gerações anteriores, às vezes muito distantes das

atuais. Nestas situações a transmissão transgeracional de significações se produz, a nível social, quase sem transformação nem elaboração alguma. Os fundamentalismos históricos se caracterizam por pretender abolir a história ao consagrar e sustentar os fatos ancestrais mais além das condições que os produziram em suas respectivas épocas. A violência social pode então ser considerada como um fato traumático repetido compulsivamente ao longo das gerações, ocorrendo o não escrito como se história fosse (Sternbach, 2003).

Ainda segundo Sternbach (2003), o fraterno incluirá a fraternidade, entendida como trama horizontal entre pares, por sua vez semelhantes e diferentes. A questão do fraterno pode ser considerada em um sentido que excede o do laço familiar do vínculo de irmãos embora este apresente a especificidade do tabu do incesto, que lhe confere um status diferente do tipo de ligação que caracteriza a fraternidade, mas possibilita a ampliação de algumas de suas características para o âmbito institucional e social. Sob a noção de fraterno podemos nos referir ao laço horizontal entre pares que se tensiona entre o eixo da semelhança e o da diversidade, o que nos introduz na questão do outro, aquele que sendo o semelhante nos confronta com o diverso. Cabe fazer aqui uma distinção entre diferença e diversidade segundo a autora: diferença implica uma polaridade, uma dualidade entre dois termos; diversidade pode existir entre mais de dois elementos; não se trata de uma dualidade, mas de uma multiplicidade que admite outras combinações e invenções, o que abre caminho a diversidades inesgotáveis que cada vez mais admitem marcas suplementares; situação em que os pontos estruturais de vazio convocam a novas marcas em um interjogo complexo de determinação, indeterminação e criação. Isto tudo pensado tanto no que concerne ao plano da subjetividade como ao da problemática do vínculo e do laço social. Neste aspecto, o que não for possível de ser coberto pelo laço abre caminho para a inclusão da diversidade entre os semelhantes, cuja aceitação, sempre conflitiva, conforme a autora, articular-se-á à problemática do fraterno.

Puget (2003) considera que a subjetividade que se institui no espaço que chama de social tem sua própria maneira de se constituir a partir de um jogo de diferença entre os membros de um conjunto. Esse jogo não se dará a partir da diferença de sexo ou da diferença geracional, mas simplesmente pelo potencial devido à alteridade e ao que está alienado de cada um e do outro para sempre (o estrangeiro em si). Esse espaço social contém dois espaços heterogêneos: um

resulta da transformação da estrutura familiar. O outro tem sua própria origem e constitui o coletivo, um espaço necessário, mas contingente. Este espaço provém de um trabalho de ligação que se realiza quando o problema o impõe.

Moscona (2003) interroga como se organizam e se constituem nos grupos os vínculos baseados no eixo horizontal. Esta constituição diz respeito às formas organizadoras de pertencimento e participação que se manifestam mediante uma lógica diferente das que se configuram sob a égide da verticalidade, uma vez que esta se encontra sempre organizada ao redor de um chefe ou líder. Considera a horizontalidade como um cruzamento problemático existencial, diferente do conceito que afirma que “somos todos iguais”. As práticas horizontais revelam a existência de investimentos e vínculos significativos em qualquer momento da vida. As marcas e registros destes vínculos não são necessariamente duplicação do originário e possibilitam a fundação, com os outros, de espaços que possibilitem o tornarem-se sujeitos. A horizontalidade pode ser considerada um espaço transicional enquanto facultativo de diferenças.

A vincularidade baseada na dimensão do horizontal aponta para a inserção do sujeito em um entrelaçado de laços sociais sob a forma de uma inscrição simbólica, imaginária e real em uma rede. Esta perspectiva tenta ampliar o campo da responsabilidade dos vínculos e pelos vínculos em tornar-se outro com os outros. “Herdar transformando” é um legado freudiano que nos implica e nos responsabiliza como sujeitos pertencentes ao universo e ao momento histórico em que vivemos. A modalidade horizontal, na medida em que se conserva no tempo pode por seu funcionamento gerar sua própria verticalidade. O processo de se tornar sujeito em um grupo de pares é uma experiência inédita que emana dessa mesma grupalidade. A paridade é uma modalidade de funcionamento da horizontalidade no vincular.

Verticalidade e horizontalidade formam parte de uma ordem simbólica que possibilita a construção de um terceiro lugar “mais além” dos membros que se ligam entre si. Coordenam vínculos e enlacs eróticos que propiciam as condições de possibilidade sublimatória do laço social. Enfatiza a paridade como instituinte de um ordenamento conforme a regulação mútua capaz de convocar e de garantir a multiplicidade das diferenças. Assim, as diferentes formas de agrupamentos entre pares vão propiciar modos de produção de subjetividade e de configurações vinculares próprias dos laços horizontais e distintas entre si, tais como, por

exemplo, os grupos de ajuda mútua, os grupos de adolescentes e os grupos de profissionais.

Fourez (1999) analisa o universo social moderno e pós-moderno. Considera o moderno como sendo constituído de um mosaico de indivíduos coexistindo lado a lado em sua singularidade e em sua solidão. Os laços sociais modernos e pós-modernos são bem diferentes. O laço social moderno se articula, sobretudo e graças à dimensão vertical que o capacitou a criar uma aliança entre os indivíduos em nome, por exemplo, de uma ideologia, de uma nação, de uma religião, de uma ciência que eles enriquecem e alimentam. Trata-se de um laço social instituído a partir do vertical e que organiza a participação do homem a partir dessa verticalidade.

O laço social pós-moderno se baseia na coexistência de singularidades, que cada um deve negociar a cada momento. Ele parte do e se organiza pelo nível horizontal, isto é, da relação da qual poderá emergir o sentimento de “possuir um laço”. A relação pós-moderna, que deve ser ativada e reativada pela expressão das singularidades será então posta à prova a todo o momento. A percepção de “ter um laço” necessita estar permanentemente conectada, daí advindo as dependências relacionais de nossos dias. Assim, o laço inter-humano dificilmente poderá se interiorizar ou representar. Torna-se difícil viver como eremita, este ser que tem a capacidade de interiorizar um laço a tal ponto que mesmo fora de uma relação pode experimentar a permanência e a segurança do laço.

Talvez o vínculo de amizade represente a qualidade de fraterno, enquanto semelhante, que todo vínculo implica em última instância: estamos todos no mesmo barco da existência (Matus, 2003). Para Kancyper (2004), a amizade é uma relação de irmandade eleita, não imposta por laços consangüíneos, em que se desativam os desejos edípicos e fraternos postos em movimento pela aspiração de vir a ser o único herdeiro e filho preferido de um (a) pai/mãe/Deus. Na amizade estabelecem-se relações de objeto exogâmicas, embora possam vir a ser infiltradas pelos complexos narcisistas e parentais. Na amizade os laços consangüíneos são então substituídos pelos laços sublimatórios.

A lógica da solidariedade é condicionada pela aceitação prévia de admitir-se como um sujeito discriminado, incompleto e necessitado de se integrar com outros como resposta aos perigos da fragmentação, da exclusão e do isolamento narcisista, além do abuso de um poder, em muitos casos mascarado verticalmente

pelas gerações. Assim temos esperança da possibilidade de reconquista do interminável processo da identidade individual e social, construído sobre os alicerces consolidados da confraternidade (Kancyper, 2004).

Concordamos com Earp (2002) quando afirma que do mesmo modo que a vida psíquica, que no início é individual e original, depende do estabelecimento de laços sociais para se desenvolver, para que haja vida em grupo e enriquecimento da cultura, vão ser necessários os “laços sociais sublimatórios” (p.15) estabelecidos entre os homens e seus grupos. Estes laços vão possibilitar que os processos criativos, construtivos e elaborativos em seu núcleo, dêem vazão aos impulsos eróticos e destrutivos retidos, que são fundamentais para a estabilização da vida social.